

DESENVOLVIMENTO E DEGENERAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ENSAIO SOBRE O MÉTODO

André Lima Sousa¹ (andrelimasou@gmail.com)

Considera-se que a dinâmica transitória do espaço urbano é composta por um único vetor que pode ser decomposto num triplo movimento. O primeiro é o desenvolvimento positivo, do crescimento, da afirmação do espaço urbano. O segundo movimento é da degeneração urbana, intrínseca à qualquer matriz de desenvolvimento subsumida ao capital; momento de enumerar as principais contradições deste desenvolvimento e sua lógica de ocupação do espaço. Um terceiro movimento seria o da negação da degeneração. Estes três movimentos compõem partes de um só movimento universal. Neste artigo, inspirado no método materialista-dialética da formação sócio-espacial urbana, interessa analisar os dois primeiros movimentos. Assim, inicia-se o traçar de um percurso metodológico para a investigação da formação das metrópoles contemporâneas.

A questão do método é uma chave fundamental para a análise de qualquer objeto de investigação científica, em especial, para o estudo das cidades contemporâneas, por suas complexas relações e estruturas, decorrente do próprio crescimento urbano. Sem um método como alicerce que indique os caminhos a serem percorridos para a compreensão de um fenômeno, um evento, um objeto de estudo etc; corre-se o risco da elaboração de um pesquisa intempestiva e ampla, entretanto, meramente especulativa, difusa, fugidia, incoerente, fragmentada.

O artigo que segue é o início de um ensaio. A tentativa de elaborar uma reflexão sobre a questão urbana e da cidade. O primeiro, tido como relação social, abstração, o geral. O outro, como transformação do espaço concreto, o específico. Atenta-se à ênfase do tempo presente. Mas que tempo presente é o que estamos nos referindo? Ora, se a indústria é, como propõe Marx, a mãe de nosso objeto de estudo: as metrópoles; trabalharemos com a idéia de três períodos, nos dois séculos da grande indústria: o primeiro é o da indústria competitiva-concorrencial, o segundo da indústria a monopolista e o terceiro da pós-grande indústria² (PRADO, 2005, pág.123) e suas implicações sobre o desenvolvimento urbano das metrópoles. Eleutério Prado relaciona os momentos do capital, com as formas de liberalismo e de Estado:

Relaciona-se o liberalismo clássico à subsunção real (formal e material) da grande indústria competitiva, o liberalismo social à subsunção real (formal, material e organizacional) da grande indústria monopolista, e finalmente, o neoliberalismo à subsunção real (formal, intelectual e societária) da pós-

1 Economista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Desenvolvimento Urbano e Regional; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Artigo escrito para o Encontro de Geografia da América Latina – EGAL. Montevideu, Uruguai, Abril de 2009.

2 O termo “pós-grande indústria” é atribuído por Eleutério Prado à Ruy Fausto Moreira.

grande indústria. O primeiro momento está tratado como momento da aparência, o segundo como o momento da essência, e o terceiro será encarado como o momento da intervenção em que a contradição aparece” (PRADO, 2005, pág.120)

O que o autor chama de pós-grande indústria é o momento em que a riqueza, com o desenvolvimento do capitalismo, passa a ser produzida mais pelo intelecto geral (saberes científicos, inovações tecnológicas) e cada vez menos pelo processo de trabalho propriamente dito. Isso implica numa transformação extraordinária no modelo de acumulação de capital, que influi diretamente nas formas contemporâneas que o espaço assume, sobretudo nas metrópoles - espaço que se tornam cada vez mais dinâmicos no desenvolvimento e na degeneração do capital. Importante relacionar os diferentes papéis que o Estado exerce em diferentes períodos, as crises, abertura comercial etc; processos que ocorrem em paralelo à expansão das metrópoles, fusão e centralização econômica e espacial.

No artigo “Marxismo e Geografia” Aued faz referência à sua formulação a respeito aos “três vetores da degeneração da sociedade capitalista”:

O primeiro vetor é o de os homens burgueses se movem em razão da produção de mais-valia (no vulgar é o lucro), isso significa compreender como os homens produzem na sociedade capitalista; o segundo é o de que ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se ao mesmo tempo, a própria sociedade burguesa, produz-se simultaneamente a negação desta mesma sociedade, ou seja, produzem os elementos da sua própria superação (AUED, 2002).

Aued, assim como Prado, defendem que, no modo de produção capitalista o trabalho é o fundamento da produção de riqueza, da produção e reprodução do valor. Ele é comprado individualmente como uma mercadoria qualquer, no qual é pago um determinado valor (que é sempre menor que a riqueza produzida), sendo que a outra parte, a parte não paga, fica com o capitalista: a essa segunda parte, Marx chamou de mais-valia. No segundo vetor “o trabalhador, ao produzir a propriedade do capitalista, na forma de mais-valia, produz ao mesmo tempo para si, a não-propriedade sobre o produto do seu trabalho”. O terceiro vetor é entendido como “a produção da negação da sociedade capitalista”, faz referência à incorporação de *inovações tecnológicas* ao processo produtivo, bem como, ao papel da ciência neste processo. Tem como consequência a separação do processo de trabalho do processo de produção, a progressiva velocidade da acumulação/centralização de riqueza e a generalização da pobreza e da miséria.

O artigo é dividido em três partes. Na primeira parte, busca-se o diálogo com teorias que apontam para uma interpretação universalizante da realidade, por intermédio da apresentação da contribuição do pensamento materialista-dialético em alguns autores clássicos e contemporâneos, é pano de fundo da argumentação. Na segunda parte, inicia-se a elaboração do movimento de

afirmação do urbano, buscando seu desenvolvimento positivo, recorrente na maioria dos estudos sobre a cidade. Na terceira parte, inclui-se a contradição, a negação do desenvolvimento urbano, buscando os elementos que ajudem na compreensão do que se está chamando de *degeneração urbana*; entendida como movimento intrínseco ao desenvolvimento urbano capitalista. Parte-se das mais diversas contribuições anteriormente elaboradas na busca por idéias fortes, conceitos teóricos, elementos empíricos etc; passíveis de serem utilizados como instrumentos de análise. Não se trata, pois, de tarefa fácil, o principal desafio é dar os primeiros passos na abertura de um caminho metodológico inspirados numa visão materialista e dialética do desenvolvimento urbano.

O primeiro momento da geografia urbana se caracteriza pela descrição identificada com o método “positivista clássico” (ABREU, 1994, pág. 133) que vinga até o início do século XX. Um segundo momento, ainda segundo a autora, é identificado pela efervescência dessa nova especialidade, baseada no neopositivismo, sobretudo até a década de 1950. A partir da segunda metade do século passado, a geografia urbana caracteriza-se pela multiplicidade de abordagens:

Espaço complexo, reflexo e produto de uma sociedade de classe, a cidade moderna enseja oportunidade para que seus estudos se façam dentro de uma variedade de linhas teórico-metodológicas – positivismo, neopositivismo, estruturalismo, marxismo (em suas diversas concepções) etc – que representam diversas e múltiplas visões que o pesquisador tem da cidade. (ABREU, 1994, pág. 133)

Uma questão imperativa é elaborada por Milton Santos na introdução de *A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Quando o autor nos indaga sobre quais são as categorias de estudo que permitem analisar corretamente um objeto geográfico. Direcionamos tal indagação para o caso das metrópoles. Se analisar um objeto geográfico pressupõe a escolha de uma metodologia compatível com os objetivos à que se propõe o estudo, a escolha do método para interpretar um objeto geográfico é uma condição fundamental para qualificar as tentativas de apreensão do 'real' ante o objeto proposto, no caso, as metrópoles contemporâneas. A cidade (metrópole) e o urbano, são entendidos aqui, respectivamente, como o “concreto” e o “abstrato”, são sempre expressões singulares de uma realidade única (ABREU, 1994).

Parte-se de uma constatação e uma hipótese: há dois movimentos ante o objeto de estudo. O primeiro movimento é uma constatação: a dinâmica de crescimento e expansão das cidades, de afirmação do urbano. No que diz respeito especificamente às metrópoles, são um fenômeno cuja potência tem apresentado-se vigorosa de forma mais intensa, sobretudo, a partir da segunda grande guerra mundial, de forma . Trata-se, portanto, de um fenômeno recente. O segundo momento, é um movimento proposto: da degeneração. No qual buscar-se-á enumerar possíveis elementos que nos remetam à idéia de que as cidades, ao mesmo tempo em que crescem (de forma cada vez mais complexa e acelerada) também degeneram-se. Afirmam e negam sua condição, não uma condição

qualquer, mas sua condição passada e presente, num eterno vir-a-ser, num “movimento imortal” (MARX, 19??)³.

Segundo Milton Santo, a partir do último quartel do século XX, ocorre o que o autor chama de “aceleração do tempo”. Tal percepção do tempo decorre do período em que estamos vivendo: o “período técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2008). Atualmente, observa-se uma aceleração extraordinária da produção da riqueza, dos fluxos, do intercâmbio e das metamorfoses do espaço. Aceitando-se a idéia da degeneração urbana, propõe-se, desta forma, a hipótese de que no período atual, há uma *aceleração da degeneração do desenvolvimento urbano capitalista*.

Estamos vivendo um período em que a percepção do tempo aparece-nos cada vez mais efêmera, porque, rápida e veloz. Esse é, entretanto, somente seu lado aparente. É reflexo, efeito, resultado. O que seria sua causa, sua essência? Eis o desafio colocado.

É viável identificar alguns percursos que possam contribuir para o entendimento da cidade atual, sobretudo das metrópoles contemporâneas em sua dinâmica contraditória e dialética. Em outras palavras afirmar-se-ia ser possível agrupar categorias e elementos de análise que nos levem à compreensão de uma sugerida dinâmica afirmativa e degenerativa, intrínseca ao fenômeno urbano.

Quais são os instrumentos: categorias, conceitos, dados, processos etc; que possamos utilizar para fortalecer a idéia de que algumas cidades desenvolve-se e crescem, a ponto de tornarem-se metrópoles, ao tempo em que degeneram-se, negam-se? Importante atentar-se ao fato de que a síntese destes movimentos, a negação da degeneração capitalista, a negação da negação, é um caminho metodológico possível e que pode ser percebido, de modo especial, pelos Movimentos Sociais Populares, bem como pela evolução das técnicas, da ciência e da tecnologia aplicadas ao processo de produção. É quando a afirmação do capital se encontra com a força que atua contra seu lado negativo, formando uma nova síntese dialética, implicando em novas contradições. Neste artigo, este terceiro movimento não é objeto desta análise.

A contribuição do pensamento materialista-dialético

A possibilidade do desvio. Uma das diferenças importantes entre o pensamento de Demócrito e Epicuro, segundo Marx, está na possibilidade do desvio. Filósofos atomistas gregos, Demócrito e Epicuro debatiam sobre as propriedades do átomo. O primeiro afirmava que, por ter o átomo, peso, ele teria uma trajetória retilínea, linear. Epicuro, assim como Demócrito, era materialista. Por sua vez, afirmava que, no campo das possibilidades, o átomo pode não ter uma trajetória retilínea, linear, abrindo assim, a possibilidade do desvio.

3 “Existe um movimento contínuo de crescimento das forças produtivas, de destruição das relações sociais, de formação das idéias; o único imortal é a abstração do movimento: movimento imortal”. Karl Marx em “A miséria da Filosofia” (tradução do espanhol feita pelo autor do artigo).

Em sua tese sobre as 'diferenças da natureza em Demócrito e Epicuro', Karl Marx tenta demonstrar onde as filosofias desses dois pensadores, tidas como convergentes, divergem, levantando questões essenciais. O dito 'jovem Marx', já em 1846, iniciava então sua caminhada na direção da elaboração de uma de suas principais contribuições ao pensamento mundial e à prática social transformadora. Mais tarde, com aplicação dos pressupostos epicuristas levados à história, ou seja, a observação das formas de produção e reprodução da vida nos vários períodos históricos, bem como, incorporando a idéia da dialética tomada emprestada à Hegel, Marx formularia a teoria que ficou conhecida como materialismo histórico (ENGELS, 19??). A teoria marxiana entende o desenvolvimento histórico da humanidade, sobretudo suas contradições, não como sinal de falsidade, mas como afirmação e negação de uma sociedade limitada à seu tempo, como devir. Trata-se, sobretudo, de uma teoria voltada para uma *práxis* transformadora (MANDEL, 2001; GOLDMAN, 1979, ENGELS, 19??).

A proposição do pensamento dialético-filosófico de Hegel, do qual Marx e Engels inspiraram-se, assumindo e amadurecendo tal teoria, deixa claro que o recurso à dialética hegeliana trata-se de uma incorporação, uma negação e uma superação desta herança na direção da teoria materialista da história. Hora, se Hegel coloca sua teoria da dialética “acima da cabeça”, no campo das idéias; segundo Ernest Mandel (2001), Marx e Engels a colocam em seu “devido lugar”: “sob os seus pés”. Entenda-se: encontram uma dialética idealista, 'filosófica', quase metafísica, “de cabeça pra baixo”; e a trazem para o campo da materialidade, da vida concreta, “sob os pés”. Marx e Engels reconhecem a potência e grandeza do pensamento de Hegel, entretanto, em “A ideologia alemã” Marx é taxativo: fora da materialidade, tudo é especulação.

No campo da pesquisa social, o materialismo contribuiu com o debate sobre a relação entre sujeito e objeto. Lucien Goldmann (1979), defende a idéia de que o materialismo dialético tem aspirações comprometidas com “proposições que pretendam ter um valor universal”, entre os julgamentos de fato estão:

“a unidade entre sujeito e objeto no terreno de todo conhecimento em geral e a identidade parcial ou total entre sujeito e objeto quando se trata do conhecimento dos fatos humanos, o caráter histórico e social de toda vida e manifestação humanas, o caráter dialético de toda realidade individual ou coletiva, etc.” (GOLDMANN, 1979, pág. 32).

Ainda segundo o autor, há uma tendência perigosa, sobretudo das ciências humanas, a fazer “abstração da ação do sujeito e a encarar as 'leis' do mundo social atual como definitivas e eternas”. O pensamento dialético, por princípio, rejeita essa hipótese. Ele opõe o pensamento cartesiano não apenas pelo conteúdo que ensina, como também pelo método que preconiza pois “parte da idéia da totalidade e afirma que as partes não podem ser compreendidas nelas próprias, fora de sua relação com o todo, do mesmo modo que o todo fora das partes que o constituem” (GOLDMANN, 1979, pág.

44). Em Milton Santos podemos encontrar uma formulação similar da idéia de totalidade: “segundo essa idéia, todas as coisas presentes no mundo formam uma unidade, do todo, mas totalidade não é a simples soma das partes. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes”. (SANTOS, 2008, pág. 115).

Ainda segundo Santos, seguindo a mesma direção, ele diz que “a idéia da técnica, em que o humano e o não-humano são inseparáveis, é central” (SANTOS, 2008, pág. 24). Hora, também inspirado numa preocupação universalizante, mais uma vez Santos afirma que:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa proposta epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sob uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; a ação e suas diversas feições (SANTOS, 2008, pág. 54)

Da tradição dialética, Daniel Bensaïd, filósofo e esatista contemporâneo, em seus '*Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*' indaga: “deve o futuro se reduzir a uma repetição infernal da ordem existente e a história, de se imobilizar numa eternidade mercantil?” (BENSAÏD, 2008). A resposta ali e aqui sugerida é que não.

Desenvolvimento urbano: o lado da afirmação

Para dar início ao chamando de lado da afirmação do desenvolvimento urbano, vamos à origem da cidade em sua *separação com o campo*. Neste período, o capital se encontrava ainda em fase germinal, relativamente ao nível de desenvolvimento que vem a atingir na atualidade. É a partir desse momento histórico, na primeira metade do século XIX, que o capital inicia sua longa epopéia⁴ na revolução na organização do espaço e na configuração do território. Segundo o autor de A ideologia alemã:

“a separação entre cidade e campo pode ser apreendida como a separação entre o capital e a propriedade da terra, como início da existência e do desenvolvimento do capital independentes da propriedade da terra, o início de uma propriedade que tem como base apenas o trabalho e a troca” (MARX, 2008, pág. 52)

Iniciava assim uma nova fase de produção e reprodução da riqueza, mais eficiente, eficaz e complexa que os modos de produção anteriores: escravo e feudal. Na medida em que as primeiras cidades consolidavam-se, ficava cada vez mais evidente a superioridade do metabolismo capitalista frente aos modos de produção anteriores. O estudo da evolução, do crescimento e emergência das cidades no mundo pode ser considerado como um indicador importante da transição do sistema feudal ao do capital; no primeiro, os principais meios de produção eram: propriedade da terra e

4 Epopéia sf. Poema longo sobre assunto grandioso e heróico. Minidicionário Aurélio.

trabalho; no segundo: trabalho e tecnologia. O surgimento das metrópoles são o resultado de uma forma singular de produção e reprodução da existência humana.

Como já foi dito, o sistema capitalista é baseado no *valor-trabalho*. Ou seja, o trabalho é a fonte da riqueza, e o capitalista compra do trabalhador sua capacidade de trabalhar por intermédio do *salário*. Este trabalho só será comprado se a capacidade do trabalhador de produzir riqueza for superior ao *investimento* do capitalista. A diferença entre o valor da força de trabalho e o que é realmente pago ao trabalhador na forma de salário, é o que Marx chama de *mais-valia*. Toda essa relação é garantida juridicamente pelo poder do Estado. Assim, o capitalista explora o trabalho apropriando-se de parte da riqueza produzida por este.

A virtuosidade da sociedade burguesa é organizar os seres humanos e ter por fundamento a produção da riqueza como mais-valia na forma de lucro. Esta é a matriz social que influencia e determina a vida de todos nós, tal qual o espaço do capital. [...] Portanto, o conhecimento do espaço capitalista é de desvelar o metabolismo da relação entre os homens que se manifesta como mais-valia. (AUED, 2002, pág. 16 e 18).

A forte virtude do metabolismo capitalista está exatamente a sua capacidade de encobrir as reais relações que se expressam na aparência como salário e lucro, quando em sua essência para segura a produção e apropriação privada da mais-valia social. Lançando mão de uma interpretação marxista, Aued nos propõe entender o espaço como “momento, sempre transitório, de que se amplia ou se reduz ou modifica a relação capitalista como produtora e reprodutora de mais-valia” (AUED, 2002).

O desenvolvimento do *comércio* exerce forte influência sobre a formação das metrópoles, estando também na origem da divisão cidade-campo. Segundo Marx (2008), ele surge como expressão da universalização do capital, expresso na troca de produtos entre cidades e localidades entre si. O comércio provocou a divisão territorial do trabalho, culminando na formação de um mercado mundial, abriu novas vias e circulação, dinamizou a criação do capital móvel. Aqui, outra virtuosidade: na medida em que ocorre uma ampla divisão territorial do trabalho, há uma conexão entre todos os ramos e setores da sociedade. Desenvolve-se uma ampla interdependência entre todos os produtores e consumidores.

Conjuntamente ao processo de desenvolvimento do comércio, a necessidade de melhoria do sistema de circulação (transporte e comunicação), o que leva a uma “diminuição progressiva dos custos gerando novas possibilidades, as quais são responsáveis por uma diversificação dos fluxos, resultando em crescente complexidade das configurações espaciais que resultam desse processo” (SPÓSITO, 2007, págs. 48 e 49).

As metrópoles assumem, assim, papel de pólo, no qual os consumidores das pequenas e médias cidades estão dispostos a deslocar-se para a obtenção de bens e serviços mais sofisticados

não encontrados em suas cidades de origem. “Esses fluxos diferem-se no âmbito da região e marcam e são marcados pela existência de espaços de continuidade, cuja configuração é a de uma área” (SPÓSITO, 2007, pág. 49).

A história da *indústria*, que atinge sua maturidade, segundo Marx⁵, em 1825 e, juntamente à história geral do comércio, formam os principais indicadores da emergência das metrópoles no mundo. Essa tendência tem uma trajetória de crescimento progressivo. A partir da década de 1950, no pós segunda-guerra, a indústria conhece o início da transição da produção em massa (identificada com o liberalismo social) para o modo de produção flexível (identificada com o neoliberalismo). Nas singularidades encontradas em cada hemisfério, continente, país, região, estado, cidade e bairro em que se instalam as novas indústrias, elas vão influenciando as percepções sobre o tempo em cada espaço.

Seja a de produção em massa ou a flexível, “[...] dá pra observar o papel desempenhado pelo desenvolvimento industrial e sua preferência locacional pelas metrópoles” (SPÓSITO, et all 2007, pág.38). Tal preferência é perfeitamente justificada pela presença de grande oferta de mão-de-obra e mercado consumidor, presente nos grandes centros urbanos. Mas esta preferência pelas metrópoles não está restrita às industriais: “um exemplo emblemático do processo de concentração espacial está na lógica locacional das redes de múltiplas filiais [comércio e setor financeiro]: eletrodomésticos, supermercados e hipermercados, shoppings, bancos etc” (SPÓSITO, 2007).

O crescimento da indústria coincide com o período em que prevalece o liberalismo social (e o autoritarismo de Estado), sobretudo nos países da América Latina. A característica deste tipo de liberalismo é a forte intervenção do Estado na economia, que atua em benefício da burguesia industrial, identificada com a ideologia da modernidade e do progresso. É um período de intensa urbanização e transformações intra-urbanas, em que o crescimento econômico, a agricultura científica da chamada “revolução verde”⁶ e a dinâmica econômica dos setores secundário e terciário, compõem processos que se encontram diretamente relacionados ao “intenso e rápido crescimento demográfico pelo qual tem passado as sedes dos municípios, deflagrando-se, assim, um crescimento urbano acelerado” (SPÓSITO, 2007, pág. 56).

De acordo com Santos em “A urbanização brasileira”, são quatro os momentos históricos das metrópoles brasileiras: no primeiro momento “quando o Brasil urbano era um arquipélago, com ausência de comunicação fácil entre as metrópoles”; num segundo momento “há um esforço pela

⁵ Carta à P. V. Annenkov, datada de 1846: “Pode-se firmar que, até 1825 – data da primeira crise mundial, as necessidades de consumo cresciam, de modo geral, mais rapidamente que a produção, e o desenvolvimento das maquinas, foi assim, uma consequência forçada das necessidades do mercado”. Neste momento, o desenvolvimento do capital faz um movimento de territorialização e posteriormente, de universalização, destacando-se, mais uma vez, o papel da concorrência: “as nações da Europa continental, viram-se obrigadas a passar ao emprego das máquinas, em fase da concorrência que os ingleses lhes faziam” (MARX, 19XX, pág. 247).

⁶ Conjunto de técnicas e insumos agrícolas, dos quais se destacam a mecanização e aplicação de venenos inseticidas na agricultura, surgem a partir da década de 1950.

criação de um mercado único, mas a integração é, praticamente, limitada ao sudeste e ao sul”; um terceiro momento, “quando é constituído um mercado único nacional” e finalmente, o quarto “quando há um ajustamento, primeiro à expansão e depois, à crise deste mercado”. Não é demais lembrar que, para Santos “mercado e espaço, ou, ainda melhor, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro” (SANTOS, 2008b, pág. 99). A metrópole se afirma no mercado e o mercado se afirma no território, sobretudo, no território urbano das metrópoles.

O capital incorpora ainda outra grande virtude, sempre impulsionado pela evolução geral das técnicas de produção e pela relação de assalariamento ao qual submete o trabalho: é fantástica a capacidade de ocupar e submeter à sua lógica todo espaço possível. Para Marx “somente quando o intercâmbio torna-se intercâmbio mundial e tem por base a grande indústria, quando todas as nações são levadas à luta da concorrência, é que está assegurada a permanência das forças produtivas já alcançadas” (MARX, 2008, pág. 55). Em outras palavras se diria que, o capital, mostra sua potência universalizante na concorrência capitalista, espraiando sua lógica à quase totalidade do território terrestre. É na concorrência capitalista que se pode perceber tratar-se, o capital, de um fenômeno com aspirações sistêmicas. A grande indústria competitiva do capitalismo concorrencial está relacionada ao primeiro movimento de afirmação das metrópoles.

Santos (2008b) destaca o papel que as técnicas alcançam, através das máquinas, na produção da história mundial a partir da revolução industrial - um marco definitivo do surgimento das metrópoles. A revolução industrial é, segundo o autor, o momento da “*grande aceleração*”, ponto de partida de transformações consideráveis. É sempre importante destacar, também, que as técnicas nunca aparecem só, e jamais funcionam isoladamente: “não é possível entender as técnicas fora do todo ao qual pertence” (SANTOS, 2008a, apud J. Ellul, 1987; T. Hughes, 1980; J. J. Salomon 1982; Tsuru, 1961, pág. 175).

Isso ocorre devido ao caráter imaterial e não concorrente das técnicas, tal sua singularidade. A técnica pode estar presente, ao mesmo tempo, nos mais diversos países do mundo. Os bens imateriais também são conhecidos como bens não-concorrentes. O mesmo programa de computador (software), a mesma receita de bolo ou mesmo qualquer boa idéia que foi monopolizada comercialmente pelo registro de *patentes*; podem ser reproduzidas de forma livre ou restrita, alheias ao espaço. Já os bens materiais de produção, por exemplo: máquinas, ferramentas, instalações industriais, portos, estradas, construção civil etc; por serem um bem material, são bens concorrentes. O mesmo bem material de produção não pode se fazer presente em mais de um espaço ao mesmo tempo. Mas o capital não é, antes de tudo, uma relação social? A relação entre o homem com o produto do seu trabalho? Não é a tecnologia que gera o desemprego, dentre outras mazelas sociais, mas sim as relações sociais sob as quais esta tecnologia está subsumida.

Degeneração urbana: o lado da negação

Mas nem só de virtudes vive o sistema capitalista, assim como, nem só com positividade se produzem as metrópoles. As contradições que esta forma de reprodução da existência humana imprime na história da vida social, também são passíveis de investigação. Concretamente, sugere-se que é possível defender esta idéia ao olhar para o espaço metropolitano em seu desenvolvimento socioespacial, através do tempo. Como podemos justificar esta afirmação?

Hora, é importante, antes de tudo, ter em mente que o processo da *degeneração urbana*, de negação, ocorre simultaneamente ao processo de desenvolvimento, de afirmação. Em outras palavras: entre o desenvolvimento e a degeneração, há um sincronismo. Eles interagem no mesmo tempo e no mesmo espaço. Entretanto, a degeneração urbana, desvia do desenvolvimento urbano, negando-o. Os processos de negação podem ser observados em quaisquer áreas do conhecimento social, dos quais, interessa analisar aqui as repercussões relativas ao aprofundamento das desigualdades econômicas e socioespaciais.

A cidade expande-se, amplia-se e afirma-se pretendendo eternidade. Entretanto, ela também se degenera ao negar a possibilidade de reprodução da vida, por intermédio de vários processos, a uma parcela cada vez maior de seus habitantes. A degeneração da cidade capitalista é, por conseguinte, todo e qualquer movimento que leva ao aprofundamento da contradição existente entre uma parte da população que se apropria da maior parte da riqueza socialmente produzida; dos demais seres humanos, aos quais lhes são negados os meios de reprodução da sua existência.

O ritmo da dinâmica degenerativa da cidade capitalista é ordenado pela relação contraditória existente entre estas duas partes da população urbana. Esta relação determina, igualmente, como se dá a ocupação do espaço urbano. O conteúdo e a dinâmica de tal ocupação, por sua vez, é influenciado pelo desenvolvimento das forças produtivas, numa via de mão dupla com as relações sociais capitalistas. A cidade capitalista degenera-se em relação a ela própria, ao que foi no passado, ao que é no presente e ao que será no futuro.

Uma das principais características da cidade capitalista é o caráter mercantil da propriedade da terra, cuja lógica da valorização parece acompanhar uma lei aparentemente sem limites “a terra urbana, dividida em lotes ou não aparece como promessa de lucro no futuro, esperança justificada pela existência de demanda crescente” (SANTOS, 2008b, pág.107). A concentração populacional nas cidades leva a uma maior pressão social em relação à uma utilização racional do espaço, mas, por outro lado:

Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e atenua-se o problema do acesso a terra e à habitação. Mas o déficit de residências também leva à especulação, e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano.

(SANTOS, 2008b, pág. 106)

Outra importante característica da degeneração urbana é o papel central desempenhado pela instituição Estado na organização do espaço; seja através dos planejamentos, seja na alocação de recursos públicos, que historicamente é utilizado com finalidade de acumulação privada de capital, em detrimento da apropriação social: “o capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores de receita pública se dirige à cidade econômica em detrimento da cidade social” (SANTOS, 2008b, pág. 107).

Um dos mais representativos processos de definição do espaço urbano, neste contexto, são os processos de concentração e centralização da riqueza. No movimento de concentração “os capitais estão dispersos em muitos capitais individuais que, por sua vez, atraem-se, levando a uma concentração de capitais já formados [...] pela transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes” (MARX, *apud.* SPÓSITO, pág.42). A centralização relaciona-se com a concentração e distingue dela, pois discorre diretamente da luta concorrencial e das vantagens das maiores empresas, por possuírem maior escala de produção. A “centralização completa a tarefa da acumulação, capacitando o capital industrial a ampliar a escala de suas operações” (MARX, *apud.* SPÓSITO, pág.42), o período de maior centralização coincide com a emergência do capital monopolista.

O que por um lado, configura uma virtude do metabolismo do capital, ou seja, a produção diferenciada de mais-valia como fonte de investimento capitalista na transformação do espaço, mostra aqui, um movimento reflexo, em que a riqueza é progressivamente apropriada pela burguesia industrial; concentrando e, posteriormente, centralizando tal riqueza. O resultado, como é de se prever é o aumento progressivo das desigualdades socioespaciais “[...] a concentração espacial está relacionada à localização dos capitais, entendidos como infra-estrutura ou formas geograficamente imobilizadas de capital fixo” (SMITH, *apud.* SPÓSITO, 2007, pág. 176). Entretanto é importante perceber que a centralização espacial refere-se igualmente ao capital produtivo centralizado e não apenas ao capital fixo.

Discorrendo sobre o problema do aprofundamento da desigualdade sócio-espacial, Spósito (2007) indica dois processos: i) a redefinição das lógicas espaciais do setor industrial; e ii) as estratégias de seletividade territorial implementadas pelo setor terciário. Dentre os impactos negativos desse processo, destaca-se a expansão territorial acelerada, aumentando das periferias urbanas, a reestruturação dos espaços da cidade, a multiplicação da centralidade e a ampliação das históricas desigualdades socioespaciais expresso pela, cada vez maior, segregação e fragmentação urbana, formando uma verdadeira “hierarquia de lugares”.

Sabe-se que tais desigualdades que marcam o espaço urbano, atingem as classes que nela habitam de forma distinta, elas agem de forma mais maléfica aos pobres e à classe média, relegando

uma à miséria e à violência oficial do Estado, e a outra à violência urbana causada pela desigualdade social. Entretanto, independente da classe a qual pertença, não há nenhum habitante de uma metrópole contemporânea que escape aos efeitos da degeneração urbana. Como nos alerta Michel Rocheford:

“Essa violência dos contratos socioespaciais divide o espaço das cidades, mas o ar é globalmente poluído, os deslocamentos são submetidos a monstruosos congestionamentos. A vida cotidiana aí é confrontada à violência e a delinquência” (ROCHEFORT, 2008, pág.15).

Abreu (1994, pág. 133) discorre sobre a terceira fase da geografia urbana, no qual surge uma geografia urbana mais vigorosa e a diversidade de opiniões torna mais rico o objeto de estudo. Dessa forma, fazem-se atualmente, tanto estudos clássicos, como é o caso dos estudos descritivos sobre a hierarquia urbana, quanto estudos sobre características marcantes da “cidade moderna” hoje dominante no mundo, como é o caso “das discussões sobre os movimentos sociais reivindicatórios, da maneira nova de morar (condomínios fechados), da urbanização das favelas, da violência urbana etc”.

A degeneração atinge a todas as classes sociais, umas mais que as outras. Como já pudemos observar o crescimento das cidades ganha um impulso extraordinário, principalmente a partir da segunda guerra mundial, fruto das inovações tecnológicas e da expansão da indústria no período, fortemente incentivado pelo Estado em sua fase social liberal. Comentando essa idéia (do crescimento das cidades), Teilhard de Chardin (*apud* SANTOS, pág. 320) já se referia ao que chamava de “pressão humana” resultado da acumulação crescente dos homens em espaços limitados, como um fator de mudanças qualitativa e rápida das relações sociais no mundo contemporâneo. Gaston Berguer assinala que “ao mesmo tempo [...] aumentam a agitação, o raio de ação e as relações” entre os homens, e faz uma comparação bem interessante, relacionando esse fato com o fenômeno físico pelo qual “a pressão de um gás depende do número de moléculas comprimidas, e aumenta também com o aumento da temperatura, isto é, com a agitação das partículas”. A pressão que é exercida pela cidade, sua “temperatura” é dada pela concentração demográfica e pelo nível das relações sociais existentes.

Referências bibliográficas

- ABREU, Irlane G. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. *In*. Carlos, A.A. (org.).
- BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis**. Teoremas da resistência do tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.
- GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Tradução de Luiz F.

Cardoso, Carlos N. Coutinho e Giseh V. Konder. - 2ed.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo. Boitempo, 2007.

_____, **A miséria da filosofia**. Carta a P. V. Annenkov. São Paulo: Global, 1985.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor**: Crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

ROCHEFORD, Michel. **O desafio urbano dos países do sul**. 1 ed. Campinas: Edições Territorial, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

_____, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SPÓSITO, M. da Encarnação. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.